

Da casa à fábrica: travessias possíveis¹

ST 05 – História Oral, Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais

Caroline Barbosa Silvério²

Eliane C. de Carvalho .M Meza³

Marilda Aparecida de Menezes⁴

RESUMO

Nossa proposta é registrar e compreender a trajetória de trabalho e de família de duas mulheres operárias, migrantes e com idades aproximadas. Ambas compartilharam o mesmo horizonte histórico em finais dos anos 70 e início dos 80: a ditadura militar no contexto da industrialização do ABC paulista; com experiências aparentemente opostas. De um lado, uma trabalhadora metalúrgica, sindicalizada e em constante diálogo com os movimentos sociais; de outro, uma mulher, trabalhadora têxtil, que, após nascimento de uma filha portadora de síndrome de down, interrompe as atividades laborais na indústria para dedicar-se aos cuidados da criança. As entrevistas foram realizadas na convergência de duas pesquisas: “Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros” e do projeto “Memórias de Vida e de Luta”, de iniciativa da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC - AMA-A em parceria com discentes de graduação, pós-graduação e docentes e técnicos administrativos da UFABC. Escolhemos essas duas mulheres por conta de suas experiências aparentemente distintas e por suas narrativas que nos permitem problematizar algumas ideias, como a de que “trabalho doméstico não é trabalho”, posto que o cotidiano da família, do cuidado é também um espaço estruturante onde as lutas sociais e sindicais se forjam. O

¹ Texto em construção. Trabalho apresentado no Simpósio Temático História Oral, Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O trabalho foi realizado com financiamento do Programa de Apoio às Ações de Cultura - Proec/UFABC (PAAC) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Bolsa.

² Universidade Federal do ABC. Mestranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. E-mail: caroline.silverio@ufabc.edu.br.

³ Universidade Federal do ABC. Doutoranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. E-mail: e.c.c.mendoza.m@gmail.com

⁴ Professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande - PB. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal do ABC (UFABC). email: marilda.menezes@ufabc.edu.br.

trabalho se divide em duas partes: no primeiro apresentamos a proposta do texto e a metodologia utilizada; no segundo, apresentaremos a análise das entrevistas a partir de dois eixos: 1) classe e/gênero; 2) intersecções entre vida privada e pública.

Palavras-chave: mulheres, divisão sexual do trabalho, ABC paulista, ditadura militar

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da ideia de que o emprego em grande escala da mão de obra feminina nas metalúrgicas e montadoras no ABC paulista no auge da industrialização da região (1970/80) não garantiu a superação das desigualdades de gênero. Fazemos esta provocação para problematizar a ideia de que a autonomia econômica das mulheres seja o caminho mais eficiente e promissor da emancipação feminina. Não discordamos de que a independência financeira possa facilitar ou mesmo inibir situações de submissão da mulher em relação a seus cônjuges e outros membros da família, no entanto, a experiência da região do ABC Paulista na segunda metade do século XX, caracterizada pelo emprego expressivo da mão-de-obra feminina em setores e funções até então consideradas como masculinas, nos traz elementos para pensar os limites emancipatórios da inserção laboral das mulheres. Na fábrica, a divisão sexual do trabalho se impôs. Por um lado, a mulher viveu experiências de opressão, tais como o exercício de funções de acordo com a sua aparência, remuneração menor que a dos homens, mesmo quando realizava a mesma tarefa. De outro lado, a continuidade da desigualdade de gênero também fez emergir novos espaços e práticas de resistência feminina. A pauta feminina esteve latente nos movimentos sociais desde a década de 1970, como mostra a histórica luta dos movimentos de mulheres no ABC, as Associações de Dona de Casa, ou mesmo as lutas e Associações de Bairro e de Moradores, quase sempre lideradas por mulheres. No mundo do trabalho, destacamos a realização do 1º Congresso de Mulheres Metalúrgicas do ABC.

As análises aqui propostas referem-se a narrativas que mobilizam experiências vividas principalmente durante as décadas de 70 e 80 do século passado, no ABC paulista. Após o ciclo de greve (1978/79/80), desencadeia-se um movimento de forte base metalúrgica e sindical nesta região, como nos revela fartamente a literatura do movimento operário do Brasil contemporâneo. Esse Movimento lutava por melhores condições de trabalho e de vida - violentamente combatidas pelas empresas e estado - e converge para a luta contra a ditadura. Em muitos dos estudos feitos e das histórias narradas, o protagonismo é atribuído ao homem, entretanto, as mulheres, operárias ou não, também estavam presentes na luta por direitos trabalhistas gerais e direitos específicos para a mulher operária e, por conseguinte, também se somaram à luta contra a violência de estado. Segundo Hellborn e Sorj (1999), naquele período, década de 1980, predominavam os estudos feministas sobre

gênero e trabalho que buscavam entender a razão do aumento de mulheres em empregos industriais, mas ocupando postos de menor remuneração e qualificação e, também, sobre a participação sindical das mulheres. Nas análises de relatos de operárias metalúrgicas de São Paulo e ABC, realizadas pela socióloga Elisabeth Souza-Lobo no período de 1978 a 1983, ela nos revela quatro obstáculos principais para a participação de mulheres no movimento sindical:

- 1-A dupla jornada;
- 2-A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres dentro das fábricas;
- 3-A opinião de que o homem e não as mulheres são os principais atores sociopolíticos;
- 4-A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos. (LOBO, 1982, p. 138)

O quarto item desta lista trata-se de uma questão debatida pelas mulheres trabalhadoras: “a exigência de que as mulheres procriem e criem filhos” está relacionada à lógica de reprodução do capitalismo, que necessita de mão de obra excedente para permitir o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Às mulheres cabe o papel de serem reprodutoras de força de trabalho, tanto gerando quanto cuidando dos filhos e do marido. É esta dinâmica que organiza a divisão sexual do trabalho (Federici, 2017) e, mesmo tendo sido engendrada entre os séculos XVI e XVII, ela se reproduz no advento da sociedade industrial e prossegue até os dias atuais.

Neste artigo propomos analisar as narrativas de duas mulheres que elaboram, através da memória, fragmentos de sua experiência enquanto operárias do setor têxtil e metalúrgico do ambiente sindical e dos movimentos sociais na região do ABC Paulista nas décadas de 1970 e 1980. Nossa perspectiva aqui é mostrar que tanto a trabalhadora que permanece na fábrica, quanto aquela que apresenta rupturas na vida laboral por vicissitudes da vida em família, têm suas trajetórias afetadas e marcadas pelas relações de gênero, seja em relação aos companheiros de fábrica, aos cônjuges ou aos familiares.

Defendemos aqui que os espaços privado e público estão entrelaçados, assim, se a mulher em momentos de sua trajetória de vida está dedicada ao trabalho doméstico e cuidado dos (as) filhos (as), marido ou outros familiares, não significa que está fora das condições de reprodução da força de trabalho e do capital. As atividades de cuidado são essenciais para garantir a subsistência da vida cotidiana, a reprodução da força de trabalho sendo estruturante para as atividades do mundo do trabalho produtivo.

A ideia de que trabalho doméstico é trabalho, outrora entoado pelos movimentos feministas, e que anima a presente reflexão viabiliza o rompimento do silenciamento de muitas dessas experiências e vivências, até então invisíveis.

O silêncio, felizmente, não significa esquecimento, ele é uma forma de resistência “ao excesso de discursos oficiais”. A memória persiste, sendo transmitida cuidadosamente como lembranças nas redes familiares, “esperando a hora da verdade”, a hora da mudança política e ideológica para sair do subterrâneo e vir à tona (Pollak, 1989). Pollak referia-se à sociedade de forma mais ampliada frente a um estado totalitário, mas a paráfrase para a posição da mulher frente ao patriarcado não perde o poder de análise. As entrevistas cedidas aos projetos citados anteriormente permitem que as memórias, com destaque às femininas, ingressem na história pública. Ao narrarem suas memórias essas mulheres, que até então não apareciam ou pouco apareciam na história dos metalúrgicos, reposicionam o seu protagonismo. Para Bourdieu:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor que a vida é uma história e que (...) uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (...) é um caminho que percorremos e que deve ser percorrido (...) que tem um começo, etapas e um fim, no duplo sentido (BOURDIEU, 2006, p. 183)

Nesse texto elegemos a ideia de travessia para compreender como os espaços e os movimentos ao longo de uma jornada, podem revelar aspectos do cotidiano e mapear certa condição histórica da mulher por meio de trajetórias de vida.

A metodologia utilizada, portanto, foi a do tipo história oral de vida, através de entrevistas realizadas no âmbito dos projetos “Movimentos Cruzados, Histórias Específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros” e do projeto “Memórias de Vida e de Luta”, de iniciativa da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC - AMA-A. Escolhemos as duas mulheres pelo fato de que, apesar de terem tido trajetórias específicas entre si, elas acabaram convergindo na luta contra a ditadura; os nomes das entrevistadas serão omitidos e usaremos codinomes para identificá-las.

Para Rovai (2014) a história oral foi uma oportunidade para as mulheres entrarem em cena uma vez que sempre estiveram excluídas “dos acontecimentos políticos e públicos, reduzidas à intimidade da vida privada”, ainda, para a autora, “uma das maiores

contribuições entre o feminino e a história oral foi a percepção de que o político fazia parte do cotidiano, rompendo com a divisão binária entre o mundo dos homens (público) e o mundo das mulheres (privado)” (ROVAI, 2014, p. 150). O rompimento com a ideia de público x privado fez com que muitas mulheres tivessem mais liberdade de se manifestarem sobre assuntos que supostamente não deveria fazer parte do seu cotidiano, performando um comportamento feminino designado pela sociedade; isso não significou que elas não se envolviam em tais assuntos, mas não costumavam demonstrar. Às que participavam de movimentos ou se manifestavam, sobrou-lhes o apagamento e invalidação, como nos coloca Rovai (2014): “as mulheres que transitaram entre o público e o privado, permanecendo socialmente imperceptíveis, praticamente desapareceram dos relatos historiográficos” (ROVAI, 2014, p. 157).

A gravação de uma das entrevistas foi no formato “on line” em dezembro de 2021 e a outra foi no estúdio da Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho TVT, em setembro de 2019. As perguntas tiveram um roteiro referente a trajetória de vida de cada uma delas, começando pela origem familiar, naturalidade, infância, estudo, casamento, filhos e atuação no movimento sindical; elas foram formuladas de forma mais abrangente para que as entrevistadas ficassem à vontade para narrarem o que considerassem mais pertinente, mas sempre buscando compreender a dinâmica da interseção no movimento sindical e como interagia com a vida pessoal. Com base no diálogo fruto desses encontros é que separamos as duas categorias de análises: classe e/ gênero; as intersecções entre a vida privada e pública. Essa construção de identidade vai permear as entrevistas, pois, como veremos, Valquíria se concentra em contar sobre sua vida pública, enquanto Lurdes se concentra em contar sobre sua vida privada e sua interação com a vida pública se dará na parte final da sua história contada.

CLASSE E GÊNERO

Valquíria começa a entrevista se apresentando como “mulher, ativista sindical nos anos 1980”, tendo 59 anos e que atualmente (2021) exerce a profissão de Assistente Social, carioca, mas que mora no ABC paulista. Saliente-se que foi a única que apresentou sua naturalidade de maneira enfática, pois outras entrevistadas mencionaram o lugar de nascimento, mas não da mesma forma. Já Lurdes começa a entrevista respondendo às

perguntas de modo sucinto e se limitou a responder apenas o que lhe foi perguntado: o nome, data e local de nascimento; na época da entrevista contava com 81 anos. Analisando a forma como se apresentaram, com base em Bourdieu (2006), podemos entender que essa apresentação inicial já indicava demarcadores de suas identidades. Valquíria claramente se identifica como a mulher militante sindical e da vida pública enquanto Lurdes se identifica como operária, mãe, esposa e dona de casa.

Valquíria é de família da região Nordeste e o pai era militante de movimentos operários. Ela foi socializada em meio a livros e manifestos e o pai em casa debatia questões políticas. Já Lurdes foi criada na roça, o pai era administrador de fazenda e a mãe trabalhava com plantio; a mãe era analfabeta e o pai aprendeu a ler e a escrever sozinho. Estudou até o quinto ano do ensino fundamental e lia os livros que os fazendeiros deixavam na casa dela. Há diferenças na socialização na família das duas entrevistadas, Valquíria conviveu desde criança em um ambiente de militância política e Lurdes conviveu em um espaço de família rural, ritmado pelo trabalho, escola, afazeres domésticos. Apesar dessas diferenças na socialização na família, ambas vivenciaram hierarquias assimétricas conforme nos ensina Souza-Lobo (2021): “as imagens do masculino e do feminino não só consolidam diferenças como contém hierarquias” (SOUZA-LOBO, 2021, p.192).

As diferenças de gênero e classe continuou marcante nas vidas delas mesmo depois de crescidas. Lurdes casou-se com 25 anos e teve o primeiro filho e logo depois deixou de trabalhar por causa da mudança na Lei Trabalhista. Nesse interregno engravidou da segunda filha, portadora de Síndrome de Down e por isso não conseguiu voltar a trabalhar; como essa filha precisava de atenção e cuidado integral, coube a ela assumir a responsabilidade do cuidado. Segundo Hirata e Kergoat (2007), esse é um modelo tradicional de uma abordagem em termos de complementaridade, onde o papel na família e o papel doméstico são assumidos pelas mulheres e o papel de provedor é atribuído aos homens.

Valquíria fugiu um pouco da experiência esperada para uma mulher em termos de casamento e filhos a uma determinada idade, entretanto, não logrou passar incólume ao machismo voltado à figura feminina no meio da militância sindicalista. Conforme suas palavras:

a gente tinha, na época, uma pauta específica nossa, das autopeças e a gente tentava inserir naquele momento as pautas das mulheres (...), mas ouvir as mulheres, mesmo dentro da militância, era meio confuso porque, assim: “ah, mas de repente se discutir questões ligadas a uma creche podia dividir o movimento”, então ainda não tinha esse olhar e essa preocupação com as características específicas da nossa vida de mulher

AS INTERSECÇÕES ENTRE A VIDA PRIVADA E PÚBLICA

Foi com a mudança do Feudalismo para o Capitalismo que a produção de mercadorias para o mercado se expandiu. O trabalho de reprodução da força de trabalho não era parte dos fatores que definiam o valor de troca das mercadorias. A reprodução era feita pelas mulheres no espaço doméstico. No sistema de produção de mercadorias, era uma atividade invisível, considerada como “vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”” (FEDERICI, 2017, p. 145). Essa mudança redefiniu a posição das mulheres na sociedade – “criou-se a figura da dona de casa em tempo integral” (FEDERICI, 2017, p. 145), emergindo daí a divisão sexual do trabalho, que atribuiu às mulheres o trabalho reprodutivo, bem como aumentou sua dependência do salário masculino. Assim, segundo Federici (2017), o trabalho doméstico não remunerado passou a ser constituinte do processo de reprodução da força de trabalho e da acumulação do capital.

Elizabeth Souza-Lobo (2021) em seu estudo feito com as mulheres operárias do ABC, mostrou que a divisão sexual do trabalho também estava presente no exercício profissional feminino, para ela:

A separação do trabalho produtivo e trabalho reprodutivo impossibilitava a compreensão da dupla inserção das operárias nas duas esferas, e escondia os elementos para a análise das práticas das operárias; da reprodução na fábrica de relações de gênero traduzidas na hierarquia entre os sexos no que se refere aos postos no processo de trabalho, nas diferenças da qualificação feminina e da qualificação masculina, na assimetria entre o discurso sindical e discurso das operárias (Souza-Lobo, 2021, p. 127).

Quando se percebeu que as relações de trabalho eram diferenciadas pelo masculino e feminino, foi necessário a construção de novas problemáticas articulando a subordinação no trabalho e a hierarquia de gêneros, foi o momento “das rupturas teóricas, para as quais os movimentos de mulheres, as novas práticas sociais e o desenvolvimento de reflexões feministas contribuem (SOUZA-LOBO, 2021, p. 165).

Lurdes chegou em São Paulo com 19 anos e foi trabalhar na empresa Valisere; demonstrou gostar muito de trabalhar nessa empresa, casou, teve o primeiro filho e saiu da empresa porque houve a mudança para opção pelo FGTS e ela não aceitou. A vinda da

segunda filha com Síndrome de Down alterou os seus planos de vida, obrigando-a a ficar em casa, exercendo trabalho reprodutivo.

Eu queria ter os 3 filhos próximos um do outro, pra crescer juntos né, engravidei e não voltei mais a trabalhar, porque nasce a menina com síndrome de down, em 1970 – Foi um baque na minha vida, desmoronou a minha vida, porque até então eu não imaginava pessoas especiais, eu não imaginava gente com defeitos físicos. Quando a gente não tem, parece que você não vê, mesmo que esteja do seu lado, e se não sabia o que fazer, aí eu não sabia o que fazer, nasce um bebê que nem médico sabia me dar explicação, foi muito difícil, muito complicado

A vida privada é um marcador que estrutura a narrativa de Lurdes. Foi no âmbito privado que, nos seus termos, “sofreu” as consequências da atuação pública do marido em comparação com a sua trajetória de vida bem como a da família. Ela lida com a situação se construindo enquanto esposa e mãe, não medindo esforços para cuidar do filho e filha que tem necessidades especiais e do esposo, tanto nas demandas cotidianas quanto nos eventos de desemprego, prisão, e outros enfrentamentos jurídicos e políticos. A narrativa de Lurdes tece os liames entrelaçados entre a vida privada e pública. Aspectos que impactam a esfera do político foram enunciados de forma muito contundente na narração do cotidiano de Lurdes. O conceito de virada biográfica de Rosenthal (2014) auxiliou na observação dos impactos de determinadas mudanças no âmbito familiar e o modo como cada uma dessas experiências disruptivas conferiam novo sentido à narrativa ou mesmo auxiliavam a compreender os significados de certos relatos. Lembra com nostalgia o tempo de trabalho na Valisere. Lurdes apresenta-se como funcionária padrão, com bom relacionamento com a empresa e com as funções que desempenhava. Fala da jornada dupla e da necessidade de mudanças nas condições laborais no mundo do trabalho, no momento em que elabora a experiência militante e de perseguição política de seu marido, são esses os momentos de virada biográfica. O relato começa a ser afetado pela emoção com o nascimento da “menina com síndrome de down”⁵, é o momento em que ocorre a saída Lurdes do mundo do trabalho. Não é uma situação discutível: é dado que esta é uma obrigação da mãe. Não há menção

⁵ Sobre os impactos da Síndrome de Down na família, veja Henn CG, Piccinini CA, Garcias G de L. A família no contexto da Síndrome de Down: revisando a literatura. *Psicol. Estud.* [Internet]. 2008 Jul; 13(3):485–93. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000300009>

alguma sobre um arranjo familiar diferente para os cuidados com a criança, situação comum à época a mulheres que casavam e constituíam família. Tanto que Lurdes não se detém nos detalhes dessa transição e arranjo, mas volta-se a descrever os cuidados requeridos por sua filha. Somente após essa virada aparece, por exemplo, as dificuldades vividas com a mãe no campo. Logo após, é narrada as circunstâncias da prisão do marido, os dias de espera, sem notícia alguma. Era ela também a portadora das notícias à família do marido, quem ia à delegacia, quem gerenciava o dinheiro para casa e para garantir um pouco de dignidade para o marido na prisão. E chamamos aqui atenção para o termo utilizado por ela para denominar este período de suas vidas: “não sei quem foi mais **torturado**”

Valquíria começou a trabalhar com 14 anos e continuou a estudar no período noturno. Sua narrativa em relação à sua atuação política vai até o período de 1979 a 1990, quando retoma o tema trabalho, pois começou a frequentar o sindicato dos metalúrgicos. Valquíria foi reservada ao falar da sua vida privada, a vida pública emerge como um marcador identitário que estrutura a narrativa, enquanto que sobre a vida pessoal, após uma hora de entrevista é que Valquíria fala sobre sua família, mas ainda assim falando sobre ter passado dificuldade por ter tido que construir uma casa, com filhos pequenos e o companheiro ficando desempregado de vez em quando. Devido a essas dinâmicas familiares, ela não teve condições de pagar uma faculdade, o que decidiu fazer com cinquenta anos. Somente falou sobre vida privada após a última pergunta da entrevista ser específica sobre a constituição de uma família. Em sua narrativa ganha maior densidade o trabalho nas empresas e a militância política.

Apesar de cada uma das entrevistadas trazerem durante a entrevista suas experiências mais marcantes, ambas experienciaram a intersecção das vidas públicas e privadas durante suas trajetórias. Para Lurdes, a vida pública do marido acabou por invadir sua vida privada e para Valquíria, a vida privada, especialmente o relacionamento com seu pai, influenciou sua trajetória na vida pública.

CONCLUSÃO

Embora com trajetórias diferentes, as duas entrevistadas sofreram as consequências da luta contra a ditadura e por melhores condições de trabalho. Para elas, a fronteira entre público e privado é fluida, interdependente, ambas se interpenetram e se influenciam.

Como demonstramos, os marcadores de gênero, trabalho reprodutivo, produtivo e classe, militância política também permearam as vidas das entrevistadas influenciando suas trajetórias, com os deslocamentos nos espaços sociais de trabalho, família, educação, militância política. Ambas passaram pela experiência de serem silenciadas, Lurdes vivenciou de modo mais intenso a desigualdade de gênero no espaço da família e Valquíria nos espaços do trabalho e da militância política.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

HEILBORN, SORJ. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 32, n. 132, p. 595-609, set-dez. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A greve no masculino e no feminino: Osasco, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.